

A POLITICA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA REGIÃO MACRO-SUL DO RIO GRANDE DO SUL

FERNANDA PIPPI GOMES¹; ALINE MENDONÇA DOS SANTOS²

Universidade Católica de Pelotas – fefeihduda_pg@hotmail.com

Universidade Católica de Pelotas – aline.santos@ucpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é coordenada pela Professora Aline Mendonça dos Santos e está vinculada a linha de pesquisa “Estado, direitos sociais e política social” do Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas (PPG UCPEL).

A pesquisa tem como interesse principal estudar o desdobramento da Política Nacional de Economia Solidária na macro região sul do Rio Grande do Sul – COREDE Sul.

A economia solidária sempre teve uma relevância significativa no Estado do Rio Grande do Sul seja no campo das práticas, seja no campo das políticas públicas. No campo das práticas a história da economia solidária reflete uma forte tradição no cooperativismo considerado tradicional, bem como iniciativas de economia solidária que emergiram nas relações de produção de pequeno porte, organizadas por núcleos familiares e pela comunidade. No princípio, esses empreendimentos não apresentavam grande importância, depois foram despertando maior atenção da sociedade e do Estado.

No campo das políticas públicas, o Rio Grande do Sul foi um dos pioneiros em institucionalizar políticas voltadas para o fomento e fortalecimento da economia solidária. A partir da segunda metade da década de 1990 foram implementados no Brasil programas e projetos voltados à economia solidária como estratégia de inclusão social através da geração de trabalho e renda. O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado brasileiro a implementar política pública de economia solidária no âmbito do Governo liderado pela Frente Popular e governado por Olívio Dutra.

Os programas e projetos da Política Nacional de Economia Solidária foram organizados para atender as prioridades (bandeiras de luta) do movimento de economia solidária, do FBES. São elas: finanças solidárias; marco legal; educação; comunicação; redes de produção, comercialização e consumo; democratização do conhecimento e tecnologia; organização social da economia solidária. A SENAES executa sua política por meio das transferências de recursos às demais esferas do poder executivo (estados e municípios), via o pacto federativo, e transferência de recursos para organizações da sociedade civil (universidades, Organizações Não Governamentais - ONG e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP) via editais de convênios e termos de parceria.

Desta forma, a proposta é estudar o desdobramento da política realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) de forma mais

focalizada e assim compreender quais os avanços e os limites da política na ponta que executa os programas e projetos e averiguar se os impactos esperados, tanto pelo Estado como pela sociedade, no processo de elaboração da política de fato acontecem na execução da mesma.

São muitas as perguntas que envolvem a pesquisa, dentre elas destaca-se: Como os programas e projetos da política nacional chegam na ponta, sobretudo em um território que já possui uma relação histórica com políticas públicas de economia solidária? Quais os projetos que são realizados na região? Qual o perfil das organizações – seja do Estado ou da sociedade – que executam os projetos? Como ocorre a gestão do projeto de política pública? A gestão dos projetos envolve uma interlocução com o movimento de economia solidária local? Como se dá a relação entre Estado e sociedade neste processo? A execução dos projetos respondem as estratégias da política? Respondem as estratégias do movimento?

2. METODOLOGIA

A pesquisa está inscrita na proposta metodológica da pesquisa militante, onde o pesquisador é entendido como o “aquele que participa e partilha do projeto social e político de seu campo de estudo” (CUNHA & SANTOS, 2010). Desta forma, a pesquisa produz desafios que se traduzem, sobretudo, na busca de uma postura epistemológica simultaneamente equilibrada entre a objetividade e o reconhecimento da subjetividade, entre o rigor teórico e metodológico e a participação social e política.

Operacionalmente, a investigação privilegia um levantamento de dados primários e secundários constituídos por diferentes procedimentos metodológicos (quantitativos e qualitativos). Para tanto, trata-se da realização de um estudo exploratório que envolve revisão bibliográfica, análise documental e trabalho de campo.

Tendo em vista a abrangência do sujeito/objeto da pesquisa “A Política Nacional de Economia Solidária”, uma vez que trata-se de um objeto formado por uma diversidade de programas e projetos, optou-se em compreendê-lo como a totalidade a ser estudada a partir de um corpus de pesquisa condensado por sua territorialidade e temporalidade.

Neste caso, num primeiro momento, será realizado um levantamento documental para verificar quais programas e projetos compõe o corpus da pesquisa tendo em vista sua territorialidade: a região macro sul do Rio Grande do Sul.

O período inicialmente proposto para o estudo refere-se as gestões governamentais de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), sendo que a pretensão é realizar o trabalho de campo com os programas e projetos em vigor na última gestão governamental e as gestões anteriores seriam investigadas através de pesquisa bibliográfica e documental. No entanto, o processo de impeachment em curso no Brasil, muda o cenário da política de

economia solidária e, portanto, a pesquisa pretende compreender também o que muda a partir da gestão de Michel Temer.

Dentre os procedimentos metodológicos, a pesquisa pretende trabalhar com os seguintes métodos: Observação participante; Entrevistas semiestruturadas; Análise documental de materiais; Pesquisa Bibliográfica para aprofundamento dos temas da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa está numa fase inicial. Neste primeiro momento fez-se os esforços para a composição da equipe de pesquisa e aproximação da mesma com os temas que a dialogam com o objeto de estudo. Desta forma, a pesquisa está em fase de estudo bibliográfico e documental.

4. CONCLUSÕES

Como a pesquisa ainda não produziu resultados diretos cabe aqui sinalizar algumas considerações sobre a Política Nacional de Economia Solidária oriundas de levantamento documental referente à história e organização:

A POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

- # O resultado do diálogo entre Estado e movimento social deu origem à SENAES dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, em junho de 2003.
- # O nome de Paul Singer foi apresentado pelo movimento para ser o Secretário Nacional de Economia Solidária.
- # No dia seguinte à posse do economista Paul Singer (26 de junho de 2003), ocorreu a III Plenária Nacional de Economia Solidária, onde foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES como espaço da sociedade distinto do espaço público-estatal, que seria a SENAES;
- # Os governos (Lula e Dilma) pouco fizeram para alterar a lógica capitalista presente no processo de governação e isso colocou a economia solidária e outras políticas consideradas emancipatórias em um lugar bastante periférico na estrutura de governo, sobretudo no que se refere a questão orçamentária dos recursos financeiros.
- # Apesar da sua condição periférica, a SENAES buscou ampliar o espaço da economia solidária no governo se relacionando com outras instâncias (secretarias e ministérios) que também recebiam recursos para a economia solidária;
- # Embora os limites estruturais, institucionais e as divergências políticas e conceituais, a política de economia solidária avançou.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, G. & SANTOS, A. M. (2010). "Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: Desafios epistemológicos e metodológicos". In P. Hespanha & A. M.

Santos, (orgs.), *Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas*. Coimbra: Almedina

MEDEIROS, A. (2005). Programas e ações de apoio à economia solidária e geração de trabalho e renda no âmbito do governo federal – 2005. (Relatório final do convênio MTE / IPEA/ANPEC – 01/2003). Brasília: MTE, IPEA, ANPEC

SINGER, P. (1998). Os oito primeiros anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária. *A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas*. Lanza, S.; Chedid, F. (orgs.). Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ (49-54).